

A exposição de um saber fazer tradicional: análise do caso das panelleiras de Goiabeiras

The exposure of a traditional know-how: case analysis of crock's artisans from Goiabeiras

Geyza Dalmásio Muniz¹

Resumo: O presente artigo pretende discutir a relação do patrimônio cultural imaterial, exemplificado no exemplo das panelleiras de Goiabeiras e sua relação com o mercado, o qual pode colocar em risco a preservação desse patrimônio. Fatores como a valorização imobiliária, o turismo, a exportação das panelas de barro podem gerar o efeito de espetacularização desse saber fazer tradicional, conforme discute Jeudy (2005). Fonseca (2005) e Fernandes e Alfonsin (2010) trazem para a discussão a questão da dificuldade de preservação do patrimônio e a racionalidade mercadológica, respectivamente. Deste modo, propõe-se abordar as formas de exposição dos produtos resultantes de um modo de fazer registrado como patrimônio cultural imaterial do Brasil, assim como suas implicações na preservação e manutenção desse bem, uma vez que tais questões interferem na identidade cultural desses atores sociais.

Palavras-chave: *Saber fazer; panelleiras de Goiabeiras; patrimônio cultural imaterial; turismo; espetacularização.*

Abstract: *This paper discusses the relationship of intangible cultural heritage, exemplified in the example of crock's artisans from Goiabeiras and its relationship with the market, which can endanger the preservation of this heritage. Factors such as real estate valuation, tourism, export of the crock pots can create the effect of spectacularization that traditional know-how, as discussed by Jeudy (2005). Fonseca (2005) and Fernandes and Alfonsin (2010) bring to the discussion the question of the difficulty of preserving heritage and the rationality marketing, respectively. Thus, it proposes to address the ways of the exposure of the resulting products in a way to make recorded as intangible cultural heritage of Brazil, as well as its implications for the preservation and maintenance of the asset, since these issues affect the cultural identity of these social actors.*

Keywords: *Kknow-how; crock's artisans from Goiabeiras; intangible cultural heritage; tourism; spectacularization.*

¹ Mestranda do Programa de Pós graduação em Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, financiada pela Capes.

O presente artigo aborda o valor que o patrimônio cultural tem para a região onde se encontra, e para efeito de exemplificação, trata do saber fazer das panelas de Goiabeiras, patrimônio cultural imaterial do Brasil, registrado no Livro de Registro dos Saberes, em 2002, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Conforme coloca o IPHAN (2004), define-se como patrimônio imaterial

as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração a geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu meio ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito pela diversidade cultural e criatividade humana. (IPHAN 2004, p. 373).

De acordo com o Dossiê do IPHAN 3 – Ofício das Panelas de Goiabeiras (2006), o processo de produção das panelas de Goiabeiras conserva todas as características essenciais que as identificam com a prática dos grupos nativos das Américas, antes da chegada de europeus e africanos. As panelas são da mesma maneira modeladas manualmente, com argila sempre da mesma procedência, do Vale do Mulembá, e com o auxílio de ferramentas rudimentares.

Sendo assim, Goiabeiras é definido como o lugar onde esse ofício de fabricar panelas de barro ocorre por tradição. No alto da pequena elevação conhecida como Morro Boa Vista e nas proximidades do aeroporto de Goiabeiras foram encontrados sítios arqueológicos cerâmicos, remanescentes da ocupação indígena, o que atesta a tradição.

Como ressalta Dias (2006), “a história da ‘tradição’ da panela de barro é construída a partir da ocupação de determinados espaços geográficos, de forma a demarcar territorialmente sua existência social” (DIAS, 2006, p.25).

O lugar de produção das panelas é tão importante quanto o modo de fazê-las, desta forma, alguns selos que garantem aos clientes a sua origem foram conquistados; são eles o selo de autenticidade (Figura 1), desenvolvido pela Associação das Panelas de Goiabeiras em conjunto com a Prefeitura de Vitória, e o selo de Indicação Geográfica na categoria Indicação de Procedência, fornecido pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), para garantir a proteção e a diferenciação das panelas de Goiabeiras no mercado. (Figura 2).



Figuras 1 e 2. À esquerda, selo de autenticidade das panelas de Goiabeiras criado pela Associação das Panelas de Goiabeiras e a Prefeitura Municipal de Vitória. À direita, selo de Indicação de Procedência Goiabeiras, concedido pelo INPI. (Fonte: Figura 1: site Correio Gourmand. Figura 2: site Inovar Ufes).

A partir deste registro as panelas passaram a ter mais visibilidade e a contar com algumas políticas públicas como apoio à continuidade de seu trabalho, como a construção do galpão, por exemplo. Entretanto, com a maior divulgação e a associação da panela de barro com a torta e moqueca capixabas, a procura pelas panelas foi crescendo e a produção das panelas também. Atualmente, devido a grande demanda das panelas, as panelas já contratam umas às outras para auxiliarem em algumas etapas da produção das panelas, como o polimento logo após a secagem.

Para as Panelas de Goiabeiras, o fazer dá a elas o sentido de pertencimento a um coletivo, pois foi a partir deste trabalho que elas passaram a existir como categoria, ocupando um papel de produtoras do objeto reconhecido como símbolo da cultura capixaba. Conforme coloca Dias (2006, p. 125), “antes, era como se a panela existisse por si, as próprias mulheres não agregavam o que hoje reconhecem como ‘tradição’”. E continua:

A criação da ‘tradição’ se deu a partir do momento em que elas passaram a pertencer ao sistema do qual a panela é símbolo, em que se reconheceram como integrantes desse símbolo. A tradição legitima o papel social por elas reivindicado e institucionaliza a categoria, transformando de tal maneira o significado do trabalho que este passa de informal a tradicional. (DIAS, 2006, p. 125).

“A construção se afirma através da incorporação e manipulação dos mecanismos do mercado para a continuidade do consumo das panelas”, afirma Dias (2006, p. 123). Conforme coloca Dias (2006), “as paneleiras inventam sua tradição, buscam uma legitimidade cultural, lutam pelo reconhecimento de seus artefatos como meio material e simbólico de sobrevivência do grupo”. Deste modo, percebe-se que, embora seja um saber realmente transmitido há muitas gerações, as paneleiras de Goiabeiras buscaram a legitimação dessa tradição lutando pelo reconhecimento público de sua herança cultural.

Atualmente, percebe-se uma multiplicidade de relações entre os objetos tradicionais e seus produtores, que dificilmente se encontram isolados e restritos ao ambiente doméstico. Desta forma, é essencial considerá-los objetos de consumo que pertencem a um sistema de circulação e passíveis de intervenções externas. Para Carvalho (1992 *apud* Dias, 2006), é impossível compreender a tradição sem compreender a inovação, apesar de, como acontece com os objetos do “artesanato popular”, os “artesãos populares” continuem sendo associados a uma visão essencialista do mundo. No entanto, caracterizar esse sistema de trabalho em oposição ao moderno equivale a sustentar uma visão homogeneizadora, que hierarquiza alguns sistemas em detrimentos de outros, considerados atrasados (DIAS, 2006).

No que tange essa questão da inovação, o Iphan não interfere. Entende-se que a cultura é viva e mutante, conforme a passagem do tempo. No entanto, não pode haver quebra na tradição do saber fazer. As inovações feitas pelas paneleiras de criarem as alças das tampas em forma de peixe ou com outra geometria em nada interferem na tradição de seu artesanato. De acordo com uma panelreira entrevistada², é o mercado externo que exige maior rusticidade, para terem certeza de que elas não utilizam o torno.

Lima (2005) problematiza a relação do artesanato tradicional com o mercado:

² Entrevista realizada em 14 de dezembro de 2012.

De um lado está o discurso que preconiza a conservação do objeto nas condições em que foi produzido por entender que ele é testemunho de um passado a ser preservado. Geralmente associado aos segmentos de baixa renda ou populares da sociedade, nesta visão, o objeto artesanal seria dotado de uma estética perfeita que refletiria o gosto de seu produtor. De outro lado encontra-se um discurso que advoga a adequação do artesanato aos 'tempos contemporâneos', que preconiza a transformação de sua forma, a criação de um novo design, 'refinado', como condições para garantir o mercado. (Lima 2005, p. 1).

Conforme a citação de Lima (2005), percebe-se que “[...] lidar com o artesanato tradicional, valorizando o produto e seu produtor, promovendo a transformação que viabilize melhores produtos e melhores condições de vida para o artesão, sem contribuir para seu fracasso e conseqüente desagregação” (Lima 2005, p. 2) mostra o grande desafio no qual se encontra o artesanato dentro do patrimônio cultural.

Na preservação do patrimônio imaterial existe uma particularidade em relação à preservação do patrimônio material. O registro do bem imaterial, feito de acordo com a categoria em que se enquadra³, não tem caráter de proteção definitiva. Uma reavaliação da situação do bem registrado é realizada no máximo a cada dez anos, pois sua permanência é processual e deve ser validada periodicamente. Fernandes e Alfossin (2010) afirmam que “a ruptura com a tradição que constitui objeto de registro justifica a perda da titulação, com a conseqüente manutenção do processo apenas como referência histórica” (FERNANDES e ALFOSIN, 2010, p. 84). Essa norma constitui-se em advertência permanente para que a comunidade, os órgãos e entidades de preservação, os agentes de cultura e os cidadãos contribuam para a defesa e valorização do patrimônio cultural.

Exatamente por isso deve-se ter um extremo cuidado ao explorar e exibir esse bem cultural capixaba, o saber fazer das paneleiras de Goiabeiras. O ofício das paneleiras já está em fase de reavaliação, uma vez que já completou seus 10 anos de registro.

³ Os livros nos quais os bens são registrados classificam-se em: Livro de Registro dos Saberes, para conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das cidades; Livro de Registro das Celebrações, para os rituais e festas que marcam vivência coletiva, religiosidade, entretenimento e outras práticas da vida social; Livro de Registro das Formas de Expressão, para as manifestações artísticas em geral; e Livro de Registro dos Lugares, para mercados, feiras, santuários, praças onde são concentradas ou reproduzidas práticas culturais coletivas (FERNANDES e ALFOSIN, 2010, p. 84).

A Festa das Panelleiras (Figura 3 e 4), que acontece há 20 anos, é uma das formas de salvaguarda⁴, cujo objetivo deve ser a valorização das panelleiras, consequentemente auxiliando no aumento de suas vendas e no sustento de suas famílias. Também é uma forma de exibição desse patrimônio cultural imaterial. No entanto, analisando a festa, percebe-se que a mesma não cumpre plenamente com seu objetivo, tornando-se mais uma atividade política do que de valorização das panelleiras de fato.

As panelleiras vendem mais pelo Festival Panela de Barro (Figura 5), que acontece 20 dias antes da Festa das Panelleiras, onde restaurantes devem servir pratos diversos (não apenas moqueca) nas panelas de barro produzidas pelas panelleiras de Goiabeiras, do que na Festa das Panelleiras em si.



Figuras 3 e 4. À esquerda, painel de entrada da 20ª Festa das Panelleiras. À direita, painel do Restaurante das Panelleiras, dentro da área da festa. (Fonte: Acervo pessoal).

No entanto, as panelleiras não querem perder esse espaço da festa, pois consideram muito importante para a divulgação de seu trabalho, principalmente aquelas que produzem em casa, mas reclamam que a festa “não é para panelleira”, conforme uma delas relatou em entrevista⁵. Nas festas anteriores, alguns anos atrás, as panelleiras podiam vender seus quitutes durante a festa também, mas hoje isso mudou, são barracas autorizadas pela prefeitura que vendem as comidas e bebidas, conforme relatou a panelleira.

⁴ Salvaguarda são ações necessárias à preservação do bem cultural registrado. “O plano de salvaguarda indica de que forma o Estado e a sociedade agirão, a partir daquele momento para preservar, as condições que permitem a continuidade da manifestação cultural registrada.” (IPHAN, 2012, p.29).

⁵ Entrevista realizada em 26 de outubro de 2013, durante a festa.

Por um lado, a festa precisa se organizar para continuar atraindo o público, por outro, o Restaurante das Paneleiras, no qual a verba é destinada para a Associação das Paneleiras de Goiabeiras, oferece pouca variedade e o preço não é tão acessível assim.



Figuras 5. Material de divulgação do Festival Panela de Barro 2013. (Fonte: Festival Panela de Barro do Facebook).

Acompanhando a festa deste ano de 2013, não se viu divulgação das panelas vendidas pelas paneleiras ali naquele ambiente, apenas falavam da “Festa das Paneleiras”. Anunciavam os patrocinadores, organizadores, as atrações, mas não incentivavam a compra das panelas. Outro ponto é que a maioria do público que frequenta a festa é jovem e não possui interesse na compra das panelas. A venda das panelas acontece mais na programação durante o dia. A festa começa numa sexta à noite e termina num domingo à tarde. As atrações nacionais se apresentam na sexta e no sábado à noite. Ao dia normalmente há uma banda para embalar o almoço de sábado e domingo. É exatamente nesse período ao dia é que as vendas mais acontecem. A festa normalmente acontece entre outubro e novembro.



Figuras 6. Apresentação da banda de congo Panela de Barro, de Goiabeiras, no primeiro dia da 20ª Festa das Panelleiras. (Fonte: Foto de Bruno Coelho).

A banda de congo das panelleiras teve sua apresentação abrindo a festa à noite (Figura 6), na sexta e no sábado, no entanto, a maioria do público ainda não tinha chegado. É interessante o evento começar com as bandas de congo, mas em contrapartida, não são apreciados pela maioria. A apresentação dessas bandas também não foi divulgada na campanha da festa (Figura 7).

Sabe-se que a divulgação do trabalho das panelleiras é importante também, pois reafirmam a importância da cultura capixaba representada por elas e estimulam a venda a longo prazo, mas as ações desenvolvidas com o objetivo de preservar essa cultura, deveriam ser mais eficazes e atender às necessidades específicas das panelleiras.



Figuras 7. Divulgação da programação da 20ª Festa das Paneleiras - 2013. (Fonte: Google).

Uma preocupação relevante refere-se ao consumo cultural sob inspiração da “racionalidade mercadológica” ou em relação a ela. As demandas de consumo cultural estão mais diretamente associadas à relação entre patrimônio e economia, entre cultura e turismo. Como colocado por Fernandes e Alfonsin (2010, p. 85), “a cidade se obriga a atualizar ou se adequar para ser e ter produtos na vitrine dos negócios, incluídas as representações de seu patrimônio imaterial”.

Essa pressão mercadológica acaba impondo a potencialização econômica dos bens culturais, trazendo como consequência sua precarização, ou até mesmo sua elitização, podendo envolver a transformação da tradição, dos saberes e fazeres, das manifestações

folclóricas em espetáculo para alimentar a agenda das arenas do mercado, o qual segue alheio à essência dos espaços (FERNANDES e ALFOSIN, 2010, p. 85).

Deste modo, muitos são os desafios da proteção do patrimônio cultural, reafirmando a importância do Iphan e das políticas públicas de apoio e incentivo tanto à sociedade, compartilhando a responsabilidade de preservação e conscientizando-a dessa necessidade, quanto aos atores responsáveis por manter viva a tradição de seu saber fazer, suas manifestações culturais, de modo que se mantenha sustentável esse modo de viver dentro desse legado cultural. A norma jurídica se faz necessária nesse processo de preservação, definindo direitos e deveres para o Estado e para os cidadãos, além de inscrever no espaço social determinados ícones, figurações concretas e visíveis de valores que se quer transmitir e preservar (FONSECA, 2005, P. 37).

Diante de um processo social dinâmico, o saber e o fazer das paneleiras de Goiabeiras sofre e continuará a sofrer re-interpretações e re-significações ao longo de sua permanência. Deste modo, a política de preservação dos bens culturais de natureza imaterial vai além do registro dos bens e do seu reconhecimento como patrimônio cultural brasileiro. Trata, também, do compromisso do poder público em apoiar a produção e a continuidade dos bens registrados; o que, de acordo com o Iphan, está sendo feito por meio da construção e implementação de planos de salvaguarda, estabelecidos de forma conjunta e articulada com os produtores desses bens e demais parceiros empenhados na preservação cultural e na valorização social de todos os envolvidos (IPHAN, 2006).

Outra questão colocada por Paola Berenstein Jacques, no prefácio do livro de Jeudy (2005), é que, “na lógica contemporânea de consumo cultural urbano, a cultura passou a ser percebida como uma simples imagem de marca ou grife de entretenimento, a ser consumida rapidamente”. Nesse contexto se situam dois processos distintos nomeados como patrimonialização e estetização das cidades, que fazem parte da chamada espetacularização das cidades, os quais se podem trazer para o contexto do artesanato das paneleiras. O turismo tem sido uma das principais fontes para a venda das panelas de barro, que foi acentuada pelo registro como patrimônio cultural nacional.

Jeudy (2005) fala que a noção de reflexividade, baseada na ideia de que uma sociedade tem melhores condições de gestão quando se vê refletida em seu próprio espelho (espelho das cidades e das sociedades contemporâneas), é um modo determinante de preservação da ordem simbólica de uma sociedade. No entanto, essa preservação se tornou “globalizada”. Segundo o autor, a questão patrimonial se torna cada vez mais um problema de transmissão de sentido, cujo enquadramento simbólico supõe uma determinada gestão das representações comuns de uma sociedade ou cultura. A transmissão de sentido se vê representada como uma ordem de transmissão cada vez mais ligada ao processo de reflexividade (que se desenvolve a partir de um certo exibicionismo cultural).

De acordo com Jeudy (2005), tudo está à mostra, passou a ser supervísivel, o especular tornou-se espetacular, principalmente nas cidades contemporâneas. Isso leva a necessidade de um questionamento mais complexo e crítico da noção de patrimônio cultural e das práticas de intervenção urbanas que lhe são tributárias.

De acordo com Simão (2008, p. 27) “[...] o processo de *patrimonialização da cultura* constitui um desafio para técnicos e gestores da agência de patrimônio, pois o ato administrativo do *registro* produz visibilidade sobre essa natureza de *bem cultural*, gerando compromisso político do Estado brasileiro no que tange ao fomento, difusão e salvaguarda dessas manifestações culturais (conhecimentos, técnicas e representações)”.

Para Jeudy (2005), um dos primeiros objetivos da ordem patrimonial é o de expressar a identidade de uma região, nação ou acontecimento histórico. Segundo o autor, “essa referência obrigatória à identidade, transformada ela mesma na origem dos procedimentos de reconstituição do passado, ou de sua preservação museográfica, parece se opor ao fenômeno da globalização, funcionando como uma defesa contra a perda das identidades culturais.”

Diante do que foi pesquisado até o momento, percebe-se que o valor cultural presente no trabalho das Paneleiras de Goiabeiras é irrefutável. No entanto, à medida que esse patrimônio cultural adquire maior visibilidade, atrai outros tipos de interesses, como políticos e mercadológicos. Torna-se um ciclo vicioso uma vez que, para o ofício de

paneleira permanecer vivo na comunidade, é necessário que haja condições das artesãs se manterem com seu trabalho, conseqüentemente, precisam vender bem.

As ações políticas contribuem para a salvaguarda desse bem imaterial e em contrapartida se aproveitam para mostrarem suas ações objetivando obter aprovação da sociedade e de atrair turistas e assim aumentar a renda da cidade.

O turismo é responsável por grande parte da venda das paneleiras, o que pode ser fator de risco para essa tradição do saber fazer dessas artesãs. Como citado anteriormente, para atender a demanda, elas contratam umas às outras, para algumas etapas da produção das painelas. Isso pode ser um indício de uma futura segmentação do trabalho das paneleiras. Cada vez mais as etapas da confecção das painelas têm sido divididas, seja por questões de saúde (as filhas fazem a queima para as mães, ou os homens) ou por questões de agilidade na produção (enquanto os mais jovens fazem o polimento, as paneleiras modelam mais painelas). No entanto, essa divisão pode ser vista como decorrente da atualização do tempo, assim como as decorações nas painelas. Por outro lado, os agentes do INPI, que concederam o selo de procedência, orientam as paneleiras a fazerem o mais rústico possível para agradar o público exterior. Isso se encaixa na visão essencialista citada anteriormente.

Portanto, conclui-se que, os mesmos elementos de exposição e preservação podem contribuir para a descaracterização do saber fazer das paneleiras de Goiabeiras, interferindo no registro do ofício e na vida dessas artesãs.

Referências bibliográficas

DIAS, Carla Costa. Painela de Barro Preta: A Tradição das Paneleiras de Goiabeiras, Vitória do Espírito Santo. Rio de Janeiro: Mauad X: Facitec, 2006.

FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (coordenadores). Revisitando o instituto do tombamento. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2 ed. Ver. Ampl. Rio de Janeiro: editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005.

IPHAN. Dossiê IPHAN 3 - Ofício das Paneleiras de Goiabeiras. Brasília, DF: Iphan, 2006.

IPHAN. Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais. Texto e revisão Natália Guerra Brayner. 3ed. Brasília, DF: Iphan, 2012.

JEUDY, Henri-Pierre. Espelho das cidades. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LIMA, Ricardo. Artesanato: cinco pontos para discussão. IPHAN: 2005. Palestra.

SIMÃO, Lucieni Menezes. A Semântica do Intangível. Tese de doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.